

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem aos Acionistas

A AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao segundo semestre de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Introdução

A AgeRio é uma sociedade anônima de economia mista integrante da Administração Pública Indireta estadual, vinculada atualmente à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira conferida pelo Decreto Estadual nº 36.703/2004.

No ano de 2020, a AgeRio manteve-se atuante no cumprimento do seu objeto social, com alocação de recursos próprios e de terceiros para atendimento as demandas de apoio financeiro que visam à sustentação dos segmentos empresariais que contribuem para geração, recuperação e manutenção de emprego e renda, alinhada ao desenvolvimento sustentável da economia do Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, sua atuação está focada em quatro áreas estratégicas de negócios: Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), Operações de Crédito com o Setor Privado, Investimentos em Participações e Operações de Crédito com o Setor Público.

Em relação a recursos de terceiros, ao longo do período, a AgeRio operou com a linha de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por meio do Programa Inovacred e com recursos do FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo. Além disso, foram utilizados recursos do FEMPO – Fundo Estadual de Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores e dos Programas Fomenta Maricá, Supera Mais Niterói e Recomeçar Paraty, voltado para microempreendedores, micro e pequenas empresas dos respectivos municípios. O objetivo principal dos financiamentos foi apoiar os negócios fluminenses no momento de crise observado em decorrência das medidas restritivas impostas para a contenção da pandemia do novo Coronavírus, mantendo sua atividade econômica e os empregos vinculados.

3. Panorama Econômico

O cenário internacional no ano de 2020 mostrou-se bastante tumultuado devido à pandemia do COVID-19 e às eleições americanas. Todas as projeções econômicas feitas no final de 2019 não contavam com o impacto generalizado do vírus. As medidas de isolamento social afetaram fortemente a oferta e a demanda por bens e serviços, desorganizando as relações de trabalho, de comércio e de crédito. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global encolheu 3,5% no ano que passou. Como consequência a perspectiva é de forte aumento do desemprego. O ano também foi marcado pela vitória do candidato democrata na eleição norte americana, mostrando uma possível reconciliação com a China e um realinhamento às diretrizes dos organismos internacionais.

Em vista da situação única que se encontra o mundo, a economia brasileira não estaria diferente. Segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Banco Central do Brasil (BCB), a queda da economia brasileira foi de 4,05% em 2020. Assim como em outras nações, as políticas econômicas foram intensamente mobilizadas, incluindo a redução substancial dos juros ao patamar mais baixo da série histórica, 2,00% ao ano, e o redirecionamento da política fiscal para aliviar a súbita perda de renda pelas famílias. Além disso, o governo adotou medidas para garantir empréstimos às empresas de modo a permitir a manutenção do emprego e a preservação dos negócios. Todas as pautas reformistas foram paralisadas no congresso até momento.

A recuperação do mercado de trabalho, que se mostrava de forma gradual, apresentou oscilações preocupantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa oficial de desemprego no Brasil foi de 14,1% no trimestre encerrado em novembro, atingindo 14,1 milhões de pessoas. Esse valor representa uma leve melhoria em relação aos trimestres anteriores. Além do desemprego, a crise da COVID-19 e o cenário de recessão também tiveram forte impacto na ocupação, informalidade e população subutilizada. Em 2020, houve fechamento de 558.597 postos de trabalho, segundo o Ministério da Economia.

Em relação à política monetária, a inflação fechou o junho em 4,52%, acima da meta de 4,00%. O aumento dos preços dos alimentos causou aceleração da inflação no segundo semestre. A previsão é de um contínuo aumento que chegue a ultrapassar o limite superior até o meio do ano, mas fechando dentro da meta no final de 2021.

Em decorrência dessa situação, o país volta suas preocupações para um problema conhecido, que é aumento dos gastos públicos. Pois, assim como diversos outros países já adotaram, medidas governamentais têm sido usadas no intuito de não diminuir, e até mesmo recuperar, a atividade econômica. Essa situação está gerando uma cisão entre grupos do próprio governo, entre os que argumentam sobre a necessidade de intervenção estatal e os que defendem que não há recursos para uma recuperação em massa.

Além das questões que envolvem o cenário nacional, o estado do Rio de Janeiro encontra-se numa situação bastante delicada. Segundo dados da FIRJAN, antes da pandemia, a projeção para o crescimento do PIB do estado era de 1,5%. Contudo, diante dos efeitos imediatos do isolamento social sobre a atividade econômica, a projeção foi revisada. Diante do agravamento do cenário econômico, político e social, a nova projeção da Firjan para o PIB fluminense é de um recuo de 4,4% em 2020, o que já é o pior resultado da série histórica.

Com relação ao mercado de trabalho, o Estado do Rio de Janeiro já se encontrava em situação bastante fragilizada, tendo em vista a crise financeira e política instalada nos últimos anos, bem como o desaquecimento do setor de extração. Os efeitos da pandemia somaram-se a este cenário, agravando ainda mais o desemprego no território fluminense, em especial nos segmentos de serviços e comércio.

Segundo dados do Banco Central, com as restrições legais impostas ao livre funcionamento dos estabelecimentos comerciais em decorrência da pandemia, registrou-se redução significativa do consumo das famílias. Nesse contexto de distanciamento social, a taxa de desocupação, segundo a PNAD Contínua do IBGE, foi de 15,8% no segundo semestre de 2020. As vendas do comércio ampliado cresceram 22,5% no trimestre encerrado em agosto em relação ao trimestre anterior finalizado em fevereiro, segundo dados da PMC do IBGE, favorecidos pelo pagamento do auxílio emergencial, pela expansão do crédito às pessoas físicas e pela redução do distanciamento social. As perspectivas para 2021, segundo a FIRJAN, consideram a imunização de parcela significativa da população no primeiro semestre e um lento avanço da agenda de reformas estruturais. Com a concretização deste cenário, esperamos um crescimento de 2,9% do PIB do estado, com impacto na redução da ociosidade na capacidade instalada das empresas e no mercado de trabalho, principalmente nos últimos meses do ano. Entretanto, mesmo com o crescimento projetado para 2021, o PIB não deve recuperar o patamar pré-pandemia e deverá ficar 1,6% abaixo do nível de produção de 2019.

4. Desempenho

4.1. Desempenho Econômico-Financeiro

A AgeRio registrou prejuízo de R\$ 2,66 milhões no 2º semestre de 2020, com Patrimônio Líquido de R\$ 478,55 milhões e ativo total de 626,85 milhões. As operações de crédito somam R\$ 304,2 milhões, 19,63% superior ao mesmo período de 2019. A receita de TVM alcançou 1,8 milhões de reais no encerramento do semestre impactada positivamente pela compra de NTN-B em setembro/2020, porém negativamente pela taxa Selic na mínima histórica de 2% ao ano. Além disso, destaca para operação do programa Fomenta Municípios que gerou R\$ 961,8 mil em receitas para agência no período de julho a dezembro de 2020.

4.2. Desempenho Operacional

4.2.1. Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)

O público-alvo do programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) são os

microempreendedores com faturamento fiscal bruto anual de até trezentos e sessenta mil reais. O programa financia atividades produtivas de pequeno porte localizadas no estado do Rio de Janeiro. Em 2020, foram apoiados 679 negócios, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 3,6 milhões, aproximadamente o triplo do total desembolsado no ano anterior.

Em 19 de março, foi iniciada a atuação emergencial do microcrédito para o período de pandemia do COVID-19. A fonte de recursos disponibilizada foi o Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO), fundo estadual voltado para operações de Microcrédito produtivo orientado. Em cerca de três semanas, foram recebidas aproximadamente 18 mil solicitações, que foram tratadas por meio das ferramentas digitais, tendo em vista o cenário de emergência de saúde pública instalado no Estado.

No segundo semestre, foi concluído o credenciamento dos correspondentes de crédito, cujo objetivo é melhorar a capilaridade da Agência para viabilizar um salto de escala do programa. Além disso, em outubro de 2020, a AgeRio iniciou as operações com recursos da linha de Microcrédito da Caixa Econômica Federal (CEF) – MPO – Caixa.

4.2.2. Operações com o Setor Privado

4.2.2.1. Operações de Crédito

No ano de 2020, foram realizadas 366 operações de crédito com pessoa jurídica, totalizando R\$ 84,9 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Em 2020, 209 empresas receberam financiamento por meio de recursos próprios (representando 57,10% no valor das contratações), 143 financiamentos pelo FUNGETUR (39,07%) e 14 empresas pelo financiamento de inovação (3,83%). Além disso, a grande maioria desses financiamentos (64,21%) foram realizados com crédito de até R\$ 300.000,00.

No primeiro semestre de 2020, em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), observou-se uma enorme diminuição da atividade econômica global e do comércio internacional. Com o objetivo de conter ou minimizar os danos causados pela retração econômica, a AgeRio, alinhada com as diretrizes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, buscou apoiar a manutenção dos empreendimentos afetados bem como dos empregos por meio de condições diferenciadas para a operacionalização das linhas de financiamento ao longo do período de emergência (Programa de Apoio Emergencial COVID-19 AgeRio).

Adicionalmente, foi lançado os programas “Fomenta Maricá”, “Supera Mais Niterói” e “Recomeçar Paraty” em que a Agência atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios de Maricá, Niterói e Paraty, respectivamente, com recursos oriundos dos orçamentos municipais. Já foram liberados cerca de R\$ 22 milhões em operações de crédito para 732 negócios localizados nesses municípios.

4.2.2.2. Investimentos em Participações

No ano de 2020, o principal impacto sobre as empresas dos fundos de investimentos que compõem a carteira de participações da AgeRio foi o da crise do Novo Coronavírus (COVID-19). A crise trouxe novas dificuldades para as investidas como a queda ou a limitação de crescimento de suas receitas, além de adiar novas captações de recursos e operações de vendas. Devido a esse cenário, o Fundo Nascenti – previsto para terminar em junho de 2020 - foi prorrogado pelo prazo de um ano. O setor de audiovisual foi também um dos mais afetados, impactando fortemente os ativos do Funcine Rio 1, encerrado em 29/09/2020. Todavia, de forma geral, os impactos negativos foram atenuados por tempestivas medidas de redução de gastos e pela adaptação dos modelos de negócios pelas empresas. Apesar da dificuldade, há ainda, em geral, boas perspectivas de recuperação devido ao perfil altamente tecnológico das investidas e a alguns de seus setores de atuação (saúde, e-commerce, games e soluções financeiras, por exemplo) que podem se beneficiar da atual crise.

4.2.3 Operações com Setor Público

A AgeRio é parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da concessão do crédito às prefeituras. As operações com o setor público representavam 6,02% da carteira de crédito própria da AGÊNCIA, em dezembro/2020, sendo que foram liberados recursos da ordem de R\$ 3,755 milhões ao longo de todo o ano de 2020.

5. Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de recursos geridos pela AgeRio foi da ordem de R\$ 1,9 bilhão, assim composto:

- a) A carteira de crédito própria apresentou saldo de R\$ 304 milhões, um aumento de 19,7% em relação a dezembro de 2019;
- b) As carteiras administradas pela AgeRio apresentaram saldo de R\$ 2,5 milhões, sendo compostas pelo Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (FREMF) e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado (FEMPO). Em março de 2020, a AgeRio voltou a operar com o FEMPO.
- c) A AgeRio presta serviços de intermediação financeira de operações de crédito para fundos do Governo do Estado do Rio de Janeiro e de Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, que somaram, em dezembro de 2020, um montante de R\$1,55 bilhão, sendo R\$1,52 bilhão do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) e R\$ 25 milhões dos programas “Fomenta Maricá”, “Supera Mais Niterói” e “Recomeçar Paraty”.

Carteira Geral

Fonte	em mil R\$	
	31/12/2020	31/12/2019
Própria CP	73.244	56.542
Própria LP	230.962	197.608
Carteira Própria	304.206	254.150
FREMF	-	-
FEMPO	2.458	7
Carteira Administrada	2.458	7
FUNDES	1.525.926	1.496.626
Fomenta Municípios	25.319	-
Carteira Prestação de Serviço	1.551.245	1.496.626
Carteira Geral	1.857.909	1.750.743

6. Gestão

6.1. Governança

A AgeRio possui estrutura de governança estabelecida em seu Estatuto Social e em normativos internos, de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, garantindo a tomada de decisões de forma colegiada e transparente, assegurando a conformidade de seus processos.

As decisões, além de serem colegiadas, são tomadas com base em critérios técnicos e com base em regimes de alçadas estabelecidos pelo Conselho de Administração. Cabe destacar que o Estatuto Social da Agência estão definidas as seguintes instâncias na estrutura de governança: Assembleia Geral, Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria Independente, Auditoria Interna, Comitês Estatutários e Internos, com a observância do regime de alçadas. No Estatuto Social também estão definidos, além do Comitê de Elegibilidade e Remuneração e do Comitê de Auditoria, os seguintes comitês: de Investimentos, de Crédito e Renegociação, de Ética, e de Compras e Contratações. Os Comitês possuem regimentos internos aprovados pela Diretoria Executiva, com exceção dos regimentos internos do Comitê de Auditoria e do Comitê de Elegibilidade e Remuneração que são aprovados pelo Conselho de Administração.

6.2. Ética

As atividades da AgeRio e todas as ações de sua Administração, empregados e colaboradores, são pautadas em transparência, princípios éticos e pelo valor da integridade. O Código de Ética e Conduta está adequado às normas legais vigentes e às boas práticas de mercado no que concerne à prevenção à lavagem de dinheiro e ao fortalecimento da governança corporativa e da cultura ética. A AgeRio possui

Comitê de Ética autônomo instalado para apuração de infrações éticas por parte do corpo funcional, nos termos do Decreto Estadual nº 43.583/2012. A empresa promove anualmente iniciativas para disseminar, por toda a organização, os preceitos éticos que orientam sua atuação.

6.3. Gerenciamento de Risco e de Capital

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e da auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário que responde pela Controladoria, Riscos, Finanças, Controle Interno e Compliance da instituição, com a devida autonomia e independência para a execução das atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da AGÊNCIA compreende a existência de políticas, normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos, observadas a natureza e a complexidade das operações, atividades e processos, bem como o porte da instituição.

O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e o controle do capital mantido pela instituição para fazer face aos riscos a que está sujeita, o planejamento das necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos e as metas, com o intuito de assegurar a suficiência de capital para suportar suas operações e a otimização da relação risco/retorno.

O plano de capital está alinhado ao planejamento estratégico e tem por objetivo avaliar a adequação do capital da AGÊNCIA para execução de suas metas e objetivos operacionais de médio prazo, de forma a garantir a sustentabilidade da instituição.

6.3.1. Limites Operacionais

A AgeRio cumpre as exigências de Limites Operacionais estabelecidas nas Resoluções do CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013. A tabela a seguir demonstra as principais contas do Demonstrativo de Limites operacionais da AGÊNCIA.

(R\$ Mil)	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	471.722
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	427.187
RWA - Ativos Ponderados pelo Risco	451.497
- RWACPAD	351.371
- RWAOPAD	100.127
- RWAAMPAD	-
RBAN	614
Limite para Imobilização (LI)	213.593
Índice de Imobilização (II)	0,62%
Índice de Basileia (IB)	94,62%

6.4 Controles Internos e Compliance

O Sistema de Controles Internos da AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e padrões éticos e de integridade promovidos pela Agência, permitindo, deste modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente.

A governança da agência é estruturada a partir das melhores práticas do mercado e monitorada pelas linhas de defesa da Instituição, como a Auditoria Interna, área de Controle Interno e Compliance, área de gestão de riscos corporativos e área com foco na segurança cibernética.

As ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo são apoiadas e acompanhadas pela Alta Administração e estão estruturadas por política interna aprovada pelo Conselho de Administração, além de uma avaliação Interna de Risco, na forma da Circular BACEN nº 3.978/2020.

Além de ações preventivas, de detecção e remediação, a empresa capacita e certifica periodicamente seu corpo técnico em ações anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

A AgeRio possui Programa de Integridade, que consiste no conjunto de valores, normas e procedimentos internos de integridade e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. Ademais, a empresa dispõe de um Canal de Denúncias, com garantia ao anonimato, para que o público interno e externo possa reportar eventuais não conformidades.

A análise da integridade de terceiros é um dos pilares do Programa de Integridade da AgeRio, com foco no pleno conhecimento dos dados cadastrais dos clientes e fornecedores e a análise de sua reputação quanto à integridade e ética.

7. Pessoas

Na AgeRio, as relações de trabalho são pautadas pelos valores da ética e transparência, do incentivo à gestão participativa e à meritocracia, da responsabilidade sócio ambiental, e do respeito à diversidade.

A AgeRio reconhece e valoriza as mulheres e oferece licenças-maternidade e paternidade estendidas, conforme o Programa Empresa Cidadã. Em 31 de dezembro de 2020, 38% do quadro de empregados e 36% das funções estratégicas de primeiro escalão (superintendentes e diretores) eram ocupados por mulheres.

A partir de março, com o cenário externo abalado pela pandemia do novo Corona vírus, a Agência se pautou em seus valores para tomar medidas protetivas, zelando pela saúde e pela segurança de seu corpo funcional. Sendo assim, a partir de 20 de março de 2020, a Agência instituiu o teletrabalho como regime preferencial para todos os colaboradores, que perdurou por todo o exercício de 2020.

Além disso, no escopo da crise provocada pela pandemia, a empresa optou por zelar pelo bem-estar, conforto e estabilidade financeira de seu corpo funcional, e não adotou a redução da jornada com redução salarial, a suspensão temporária de contratos, e antecipação de férias por parte da empresa, permitidas pela MP 927.

Em âmbito interno, criou-se canais de comunicação e escuta como podcast diário de informações, boletim mensal e encontros virtuais com seus colaboradores, buscando atenuar os efeitos do distanciamento e possibilitar maior sinergia, alinhamento de nível informacional, percepção de coletividade, segurança e bem-estar. Apesar do isolamento, a Agência manteve-se plenamente operacional e atuante no cumprimento de sua missão institucional no apoio aos negócios fluminenses.

Alinhado ao seu valor de responsabilidade social, foram realizadas ações de saúde ocupacional como: conjunto de palestras ao longo de todo o ano de 2020 com objetivo de orientar o seu corpo funcional a respeito de boas práticas de trabalho, alimentação e bem estar em um ambiente de home office. Em dezembro/2020, também foi realizada ação social de engajamento institucional para arrecadação de recursos com vistas à doação de panelones para o Instituto Espaço Nossos Filhos (IENF) em parceria com o RioSolidário.

8. Responsabilidade Sócio Ambiental

A AgeRio, no desenvolvimento de seu papel de agente promotor do desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, atua na concessão de financiamentos para projetos instalados ou que venham a se instalar no Estado. Sua carteira é composta predominantemente por empresas de micro, pequeno e médio portes, dos setores de comércio e serviços. Considerando o porte da instituição e a complexidade de suas operações, bem como os princípios da relevância e proporcionalidade estabelecidos na Resolução CMN nº4.327/2014, são estabelecidos os procedimentos aplicáveis para mitigação do risco socioambiental em seus processos de concessão de crédito.

Com relação aos setores de atividade econômica, a Agência possui listagem de setores não apoiáveis devido à percepção de riscos associada a tais atividades, entre eles o risco socioambiental. Insta salientar que um dos valores da empresa é a Responsabilidade Socioambiental, que serve como bússola orientadora para a condução dos negócios da agência.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2020 - EM R\$ MIL

ATIVO	Notas	31/12/2020		31/12/2019		PASSIVO	Notas	31/12/2020		31/12/2019	
CIRCULANTE		289.659	299.454			CIRCULANTE		83.210	46.533		
DISPONIBILIDADES		21	27			DEPÓSITOS		300	-		
Caixa		2	2			Depósitos à Vista		300	-		
Bancos		19	25			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11	22.989	18.512		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	204.620	229.266			BNDES		4.045	6.023		
LFT		-	10.472			FINAME		802	1.489		
Cotas de Fundos de Investimentos		204.620	217.743			FINEP		12.835	11.000		
Cotas de Fundos em Participação		-	1.051			FUNGETUR		2.553	-		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	65.800	44.759			CEF		2.754	-		
Operações de Crédito		73.243	56.542			OUTRAS OBRIGAÇÕES	12	59.921	28.021		
- Setor Privado		68.306	51.860			Sociais e Estatutárias		-	7.200		
- Setor Público		4.937	4.682			Fiscais e Previdenciárias		1.364	1.980		
(Provisão para Operações de Crédito)		(7.443)	(11.783)			Recursos para Destinação Específica		48.905	6.619		
OUTROS CRÉDITOS	7	897	2.839			Diversas		9.652	12.222		
Diversos		897	2.839			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		65.074	47.123		
OUTROS VALORES E BENS		18.321	22.563			OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	11	65.074	47.123		
Bens não de Uso Próprio	8	27.077	28.729			BNDES		2.528	5.772		
Impairment de Bens não de Uso		(9.171)	(6.664)			FINAME		868	1.670		
Despesas Antecipadas		415	498			FINEP		34.783	39.681		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		327.697	257.691			FUNGETUR		20.052	-		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	107.019	80.592			CEF		6.843	-		
LFT		48.423	47.123			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	478.554	474.797		
NTN		9.746	-			CAPITAL SOCIAL		479.504	468.949		
Cotas de Fundos em Participação		37.452	33.059			Capital Social		479.504	468.949		
Cotas dos Fundos Garantidores		398	410			RESERVAS DE LUCROS		-	5.848		
Vinculados a Prestação de Garantias		11.000	-			PREJUÍZO ACUMULADO 2020		(950)	-		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	218.189	175.713			TOTAL		626.838	568.453		
Operações de Crédito		230.962	197.608								
- Setor Privado		217.572	183.517								
- Setor Público		13.390	14.091								
(Provisão para Operações de Crédito)		(12.773)	(21.895)								
OUTROS CRÉDITOS	7	2.489	1.386								
Créditos Tributários		1.937	1.386								
Créditos a Receber Funcine		552	-								
PERMANENTE		9.482	11.308								
IMOBILIZADO DE USO	9	2.650	3.281								
Edificações		8.865	8.865								
Instalações		6	6								
Móveis e Equipamentos		916	916								
Sistema de Comunicação		50	48								
Equipamento de Processamento de Dados		2.068	1.984								
Depreciações Acumuladas		(9.255)	(8.538)								
INTANGÍVEL	10	6.832	8.027								
Licença e Direitos Autorais de Uso de Software		14.249	14.272								
Amortização Acumulada		(7.417)	(6.245)								
TOTAL		626.838	568.453								

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
		LEGAL	OUTRAS		
SALDOS EM 30/JUN/20	468.949	2.492	3.356	(778)	474.019
Aumento de Capital com Reservas	3.356	-	(3.356)	-	-
Aumento de Capital – incorporação JCP	7.199	-	-	-	7.199
Resultado Líquido do Semestre	-	-	-	(2.664)	(2.664)
Destinações	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	(2.492)	-	2.492	-
SALDOS EM 31/DEZ/20	479.504	-	-	(950)	478.554
MUTAÇÕES DO PERÍODO	10.555	(2.492)	(3.356)	(171)	4.535
SALDOS EM 31/DEZ/18	468.949	2.132	1.012	-	472.093
Resultado Líquido do Período	-	-	-	7.204	7.204
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	360	2.344	(2.704)	-
Juros Sobre o Capital Próprio (Efeito Líquido)	-	-	-	(4.500)	(4.500)
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.949	2.492	3.356	-	474.797
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	360	2.344	-	2.704
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.949	2.492	3.356	-	474.797
Aumento de Capital com Reservas	3.356	-	(3.356)	-	-
Aumento de Capital – incorporação JCP	7.199	-	-	-	7.199
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(3.442)	(3.442)
Destinações	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	(2.492)	-	2.492	-
SALDOS EM 31/DEZ/20	479.504	-	-	(950)	478.554
MUTAÇÕES DO PERÍODO	10.555	(2.492)	(3.356)	(950)	3.757

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Valores expressos em milhares de reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL
A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil.
Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais.
A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, empresa vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro a empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro.
Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa – FINEP e do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES, administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses – FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores – FEMPO, e é operadora dos Programas Fomenta Maricá, Supera Mais Niterói e Recomeçar Paraty, de oferta de créditos orientados nos respectivos municípios, cujos recursos são oriundos de fundos administrados por estes. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, quando não conflitantes com as regulamentações do CMN e BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	07/10/10	IAS 21	4.524/16
CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1) Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.534/16
CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24 Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09
CPC 27 Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 41 Resultado por Ação	06/08/10	IAS 33	3.959/19
CPC 46 Mensuração do Valor Justo	20/12/12	IFRS 13	4.748/19

Em 26 de janeiro de 2021, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Moeda funcional
A moeda funcional da instituição é o real. As demonstrações contábeis estão apresentadas nesta moeda e expressas em milhares de reais, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.
NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Ajustamento do Resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis
Na elaboração das demonstrações contábeis, faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, as Demonstrações Contábeis da Instituição contemplam estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado/intangível, provisão para passivos contingentes e às Provisões para Perdas com Operações de Créditos, sendo estas últimas calculadas conforme normas específicas do Banco Central e provisões adicionais, em montantes definidos pela administração com base em eventos que possam ocorrer no futuro e que venham a comprometer a liquidez da carteira de crédito. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Instituição revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras), a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução 4818/2020. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Títulos e Valores Mobiliários
A AgeRio vem investindo em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), tendo em vista seus objetivos estratégicos e sociais. A Circular nº 3.068 de 08/11/2001 BACEN, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, mas as agências de fomento não são incluídas nestes critérios, motivo pelo qual se segue a Instrução CVM 579 de 30/08/2016 que estabelece os critérios contábeis de reconhecimento dos ativos e passivos desse tipo de Fundo, inclusive determinando seus registros pelos respectivos valores justos. O reconhecimento dos rendimentos desses Fundos tem como contrapartida o resultado da AgeRio.
A AgeRio também investe em cotas de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine). Os ativos desse Fundo são registrados com base em seus custos de aquisição, ajustados por amortizações e provisões. Para esse tipo de Fundo, o reconhecimento de rendimento também tem como contrapartida o resultado da AgeRio.

e) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito
e.1) Operações de crédito
As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso a partir de 15 dias como operações em curso anormal.

e.2) Provisão para perdas em operações de crédito
A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 6.

e.3) Renegociação
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - EM R\$ MIL

	Segundo Semestre		
	2020	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.333	31.160	42.516
Receita de Operações de Crédito	9.645	19.050	15.966
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.688	12.110	26.550
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.243)	(5.625)	(5.756)
Despesa de Captação – Finame / BNDES / Finep / Fungetur / CEF	(1.360)	(2.598)	(2.749)
Provisão para Operações de Crédito	(1.883)	(3.027)	(3.007)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.090	25.535	36.760
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.048)	(24.380)	(25.183)
Receita de Prestação de Serviços	7.256	13.955	15.173
Despesa de Pessoal	(14.121)	(29.102)	(29.784)
Outras Despesas Administrativas	(3.596)	(7.428)	(7.960)
Despesas Tributárias	(1.096)	(2.540)	(3.093)
Outras Receitas Operacionais	1.037	1.502	557
Outras Despesas Operacionais	(528)	(767)	(776)
RESULTADO OPERACIONAL	(2.958)	1.155	11.577
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(311)	(2.899)	(266)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(3.269)	(1.744)	11.311
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	606	(1.695)	(3.617)
Provisão para Imposto de Renda	324	(919)	(2.219)
Provisão para Contribuição Social S/ o Lucro	282	(776)	(1.398)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(1)	(3)	(490)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.664)	(3.442)	7.204
por ação do capital social	(0,02)	(0,02)	0,04

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

m) Créditos tributários

Com base no histórico de operação da Instituição, não foi efetuado o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, uma vez que ainda não foi elaborado o estudo técnico nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020, sobre projeções da expectativa de resultados futuros, e demonstração da probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

NOTA 4 – MUDANÇA NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 (posteriormente revogada pela Resolução BCB nº 2/2020) foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da AgeRio. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, a AgeRio realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva norma. Abaixo, destacamos as principais alterações:

- (i) As contas do Balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário;
- (ii) Os saldos do Balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações apresentam o exercício de 2020 e o 2º semestre de 2020, ambos comparadas com o exercício anterior;
- (iii) Inclusão da Demonstração do resultado abrangente;
- (iv) Inclusão de nota explicativa sobre análise de sensibilidade;
- (v) Inclusão de nota explicativa sobre resultados recorrentes e não recorrentes.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2020	31/12/2019
I – Curto Prazo	204.620	229.266
Cotas de Fundos de Investimentos (i)	204.620	217.743
Cotas de Funcine (ii)	–	1.051
Títulos Públicos Federais	–	10.472
II – Longo Prazo	107.019	80.592
Títulos Públicos Federais	58.169	47.123
Cotas de Fundos em Participações (ii)	37.452	33.059
Cotas de Fundos Garantidores (iii)	398	410
Outros – Cotas de Fundos de Investimentos (iv)	11.000	–
Total de Títulos e Valores Mobiliários	311.639	309.858

(i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e FI CAIXA AgeRio, administrados, respectivamente, pelo Banco

a) Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco

Classificação de Risco	Total das Operações			Valor da Provisão			Total das Operações			Valor da Provisão		
	31/12/2020	Provisão %	Resolução n.º 2682/99	Adicional	31/12/2020	Resolução n.º 2682/99 + Adicional	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019		
AA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–		
A	95.365	0,5	477	–	477	64.874	324	–	324	–		
B	98.358	1	984	–	984	86.933	875	–	875	–		
C	85.084	3	2.553	775	3.328	68.644	3.049	–	3.049	–		
D	3.296	10	330	3	333	260	29	–	29	–		
E	4.776	30	1.433	–	1.433	23	7	–	7	–		
F	3.705	50	1.853	–	1.853	3.632	1.820	–	1.820	–		
G	9.858	70	6.900	1.146	8.046	11.569	9.399	–	9.399	–		
H	3.763	100	3.762	–	3.762	18.215	18.175	–	18.175	–		
TOTAL	304.205	–	18.292	1.924	20.216	254.150	33.678	–	33.678	–		

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias.

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	33.678	32.585
Constituição da provisão	5.512	5.161
Constituição da provisão adicional	–	19
Reversão de provisão	(2.358)	(1.960)
Créditos baixados para Prejuízo	(16.616)	(2.127)
Saldo no fim do período	20.216	33.678

c) Classificação das operações de crédito e provisões quanto aos prazos de vencimentos

Curto Prazo	31/12/2020		31/12/2019	
	Operações	Provisão	Operações	Provisão
Sector Privado	68.306	51.860	–	–
Recursos Próprios	50.476	32.634	–	–
Repasse	17.830	19.226	–	–
Sector Público	4.937	4.682	–	–
Recursos Próprios	4.937	4.566	–	–
Repasse	–	116	–	–
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.443)	(11.783)	–	–
Saldo Final do Período	65.800	44.759	–	–
Longo Prazo	31/12/2020		31/12/2019	
	Operações	Provisão	Operações	Provisão
Sector Privado	217.572	183.517	–	–
Recursos Próprios	161.528	136.297	–	–
Repasse	56.044	47.220	–	–
Sector Público	13.390	14.091	–	–
Recursos Próprios	13.390	14.091	–	–
Repasse	–	–	–	–
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.773)	(21.895)	–	–
Saldo Final do Período	218.189	175.713	–	–

d) Classificação da carteira por vencimento das parcelas

Vencidas	31/12/2020		31/12/2019	
	Operações	Provisão	Operações	Provisão
Até 60 dias	633	873	–	–
De 60 dias a 180 dias	457	1.243	–	–
Acima de 180 dias	213	1.295	–	–
TOTAL	1.303	3.411	–	–
Vincendas	31/12/2020		31/12/2019	
	Operações	Provisão	Operações	Provisão
Até 180 dias	32.855	25.268	–	–
De 181 a 360 dias	39.086	27.863	–	–
Acima de 360 dias	230.961	197.608	–	–
TOTAL	302.902	250.739	–	–

e) Classificação das operações de crédito por setor de atividade

Sector de atividade	31/12/2020	31/12/2019
Administração pública	18.328	15.443
Alimentos e Bebidas	20.278	21.109
Comércio	72.509	45.129
Construção e Imobiliário	10.180	8.560
Educação, Saúde e outros	20.478	20.886
Máquinas e equipamentos	3.820	2.582
Mineração	153	1.631
Químico e Petroquímico	4.633	4.408

NOTA 9 – IMOBILIZADO DE USO

BENS	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo de aquisição		11.819	86	–	11.905
Edificações	1,6%	8.865	–	–	8.865
Instalações	10%	6	–	–	6
Móveis e Equipamentos	10%	916	–	–	916
Sistemas de Comunicação	10%	48	2	–	50
Equip. de Proc. de Dados	20%	1.984	84	–	2.068
Depreciação Acumulada		(8.538)	(717)	–	(9.255)
IMOBILIZADO DE USO		3.281	(631)	–	2.650

O item "Edificações", refere-se ao imóvel da sede da AgeRio, que foi reavaliado em mais de 25 anos de vida útil remanescente a partir de 06/2020, assim, a taxa de depreciação aplicada para, que em 31/12/2019 era de 8%, passou a ser 1,58% em 30/06/2020.

Na avaliação de estimativa de vida útil e de valor residual realizada pela área técnica responsável não foi identificada no período evidências quanto a necessidade de revisão das expectativas outrora definidas relativas para o tempo de uso dos bens e todos os seus desdobramentos.

A partir de 1º de janeiro de 2020, os saldos relativos aos ativos imobilizado de uso foram reclassificados para se adequar a Carta Circular nº 3.941 de 22 de março de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a AgeRio possui cobertura de seguros para os Bens do Ativo Imobilizado em montantes considerados suficientes pela administração, no caso de eventuais riscos e sinistros.

NOTA 10 – INTANGÍVEL

BENS	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo de aquisição	14.272	–	(288)	14.249
Licenças Antes de 01/10/2013	126	–	–	126
Licença Uso Software – Informática	126	–	–	126
Licenças A Partir de 01/10/2013	14.146	265	(288)	14.123
Licença Uso Software – Temporário (i)	1.313	–	–	1.313
Licença Uso Software – Permanente (ii)	12.833	265	(288)	12.810
Amortização Acumulada	(6.245)	(1.280)	108	(7.417)
ATIVOS INTANGÍVEIS	8.027	(1.015)	(180)	6.832

(i) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Temporário" é composta pelo custo com a aquisição do software Gestão de Pessoas, por período determinado.

(ii) A rubrica Intangível "Licença Uso Software – Permanente" é composta pelos custos com a aquisição dos softwares ERP – Gestão e Financeiro, software Gestão do Sistema de Crédito e os custos com a mão-de-obra interna utilizada para o desenvolvimento e colocação desses softwares em produção. A implantação foi iniciada ao longo do exercício de 2015 e concluída em 2017.

Bradesco e pela Caixa Econômica Federal. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O FI CAIXA é um fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta integralmente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.

(ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) atendem o objeto social da AGÊNCIA através da participação em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. O Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine) atua com projetos do setor audiovisual obtendo participação nas receitas geradas. O Funcine investido pela AGÊNCIA (Funcine Rio 1) foi encerrado em 29/09/2020, sendo que os ativos constantes em sua carteira (total de 10) no momento de seu término foram repassados para os cotistas com base nas suas respectivas proporções no Fundo, conforme aprovado na Assembleia de Cotistas do Fundo de 02/04/2020 (vide nota 7). A Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, normatiza a atuação dos FIPs e a Instrução CVM nº 398, de 28 de outubro de 2003, normatiza a atuação dos Funcines. Vide composição a seguir:

Fundo	Previsão de encerramento	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
BBI Financeira I	21/12/2021	R\$ 10.000	R\$ 9.780	R\$ 29.578
Performa Key	26/12/2022	R\$ 5.000	R\$ 4.389	R\$ 2.796
Nascenti	31/07/2021	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 2.088
Funcine Rio 1	–	R\$ 2.000	R\$ 2.000	R\$ 0
Br Startups	11/03/2024	R\$ 6.000	R\$ 3.279	R\$ 2.990
Total (ii)	–	R\$ 25.000	R\$ 21.448	R\$ 37.452

(iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos possuem a composição a seguir:

Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado/Contábil
FGI	R\$ 45	R\$ 45	R\$ 81
FGO	R\$ 140	R\$ 140	R\$ 317
Total (iii)	R\$ 185	R\$ 185	R\$ 398

(iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Aplicação Financeira Renda Fixa – garantia constituída para o contrato de financiamento firmado com a Caixa Econômica Federal.

As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Títulos Públicos Federais são custodiadas pelo Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador e a operação.

Sector de atividade	31/12/2020	31/12/2019
Serviços Privados	33.863	35.370
Telecomunicações	21.372	18.756
Outros	98.591	80.276
Total	304.205	254.150

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

Curto Prazo	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos e Antecipações	482	162
Devedores por depósito em garantia	179	80
Conta transitória de financiamento (ii)	179	2.555
Créditos a Receber Funcine (i)	19	–
Diversos	38	42
Longo Prazo	2.489	1.386
Impostos e Contribuições a Compensar	1.937	1.386
Créditos a Receber Funcine (i)	552	–
Total	3.386	4.225

(i) Conforme descrito na nota 5 (tem ii), após o encerramento do Funcine Rio 1, no qual a AGÊNCIA investia, os ativos constantes em sua carteira foram repassados para os cotistas com base nas suas respectivas proporções no Fundo. A composição da proporção da AgeRio segue abaixo:

Em Reais	Investimento			Recebimento			Valor do Ativo AgeRio		
	AgeRio	AgeRio	PDD*	AgeRio	AgeRio	PDD*	AgeRio	AgeRio	PDD*
Afinal Filmes 1	R\$ 175.699	R\$ 106.454	R\$ 33.706	R\$ 142.908	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 35.538	R\$ 142.908	R\$ 0
Afinal Filmes 2	R\$ 250.089	R\$ 24.150	R\$ 225.938	R\$ 250.089	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 250.089	R\$ 0
O Diário de Mika 1ª Temporada	R\$ 24.294	R\$ 0	R\$ 24.294	R\$ 24.294	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 24.294	R\$ 0
O Diário de Mika 2ª Temporada	R\$ 147.195	R\$ 0	R\$ 147.195	R\$ 147.195	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 147.195	R\$ 0
Filme Mussum	R\$ 214.362	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 214.362	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 214.362	R\$ 0
Filme Orlando, Florida	R\$ 178.635	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 178.635	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 178.635	R\$ 0
Filme Ela Disse, Ele Disse	R\$ 185.780	R\$ 2.630	R\$ 183.150	R\$ 185.780	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 183.150	R\$ 0
Filme Gaby Estrela Produção	R\$ 357.270	R\$ 0,125	R\$ 357.144	R\$ 357.270	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 357.144	R\$ 0
Filme Gaby Estrela Distribuição	R\$ 71.454	R\$ 1.536	R\$ 69.917	R\$ 71.454	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 69.917	R\$ 0
Total	R\$ 1.747.686	R\$ 134.898	R\$ 1.041.344	R\$ 1.747.686	R\$ 134.898	R\$ 1.041.344	R\$ 571.444	R\$ 1.747.686	R\$ 571.444

*PDD informada pelo Gestor do Fundo no momento do encerramento do Fundo.

NOTA 14 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Receita com a Intermediação Financeira

	31/12/2020	31/12/2019
Receita com Operações de Crédito	19.050	15.966
Receita com Títulos Públicos Federais	1.920	3.072
Resultado com Fundos de Investimentos Renda Fixa	5.289	15.948
Resultado com Fundos de Investimentos em Participações	4.913	7.530
Resultado com Fundos Garantidores	(12)	-
Total	31.160	42.516

b) Receita com a Prestação de Serviços

	31/12/2020	31/12/2019
Receita como Agente Financeiro do FUNDES	10.390	12.622
Receita com Tarifas	3.565	2.551
Total	13.955	15.173

c) Despesa de Pessoal

	31/12/2020	31/12/2019
Proventos	16.524	16.485
Encargos Sociais	5.658	5.764
Honorários de diretores e conselheiros	1.553	1.918
Benefícios	4.815	4.948
Trainamentos	54	205
Estagiários	498	464
Total	29.102	29.784

d) Outras Despesas Administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa de Energia Elétrica	165	180
Despesa de Aluguéis	28	36
Despesa de Comunicação	121	171
Despesa de Manutenção e Cons. Bens	177	299
Despesa com Materiais	10	68
Despesa Processamento de Dados	2.177	1.950
Despesa Promoções e Relações	52	37
Despesa de Propaganda e Publicações	64	134
Despesa de Seguros	85	73
Despesa Serviços do Sistema Financeiro	127	118
Despesa com Serviço de Terceiros	940	800
Despesa Serviço de Vigilância	59	81
Despesa Serviço Técnico Especializado	97	175
Despesa de Transporte	155	173
Despesa com Viagens	40	120
Despesa com Emolumentos judiciais e cartorários	221	180
Despesa com Associações	180	176
Despesa com Condomínio	681	642
Outras Despesas Administrativas	52	117
Despesa com Depreciação e Amortização	1.997	2.430
Total	7.428	7.960

e) Despesas Tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
ISS	370	380
COFINS	1.730	2.198
PIS	281	357
Outros Impostos e Taxas	159	158
Total	2.540	3.093

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de empregados	(1.744)	(1.744)	11.311	11.311
(-) Participação nos lucros	3	3	490	490
(-) Juros sobre o Capital Próprio	-	-	4.500	4.500
Resultado após participações	(1.747)	(1.747)	6.321	6.321
(+) Adições	6.839	6.839	3.371	3.371
(-) Exclusões	1.043	1.043	370	370
Resultado Líquido Ajustado	4.049	4.049	9.322	9.322
IR – 25% e CSLL – 20% (2020) e 15% (2019)	919	776	2.219	1.398
Total IR e CSLL	1.695	3.617		
Ganho Tributário JCP	-	-	1.098	675

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A instituição não realizou operações com características de derivativos e não possui operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de câmbio e de juros, na data do Balanço.

NOTA 17 – SEGUROS

	Seguro	Vigência	Limite Máximo de Indenização/Garantia (R\$ Mil)
Bens patrimoniais móveis e imóveis	25/02/2020 a 25/02/2021		6.200
Responsabilidade civil dos Executivos	17/04/2020 a 17/04/2021		15.000

Em 31 de dezembro de 2020, a AgeRio mantém apólices de seguro para cobertura dos Bens do Ativo Fixo em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos.

NOTA 18 – LIMITES OPERACIONAIS

Os Limites Operacionais da AgeRio são reportados mensalmente ao Banco Central do Brasil através do documento 2061 – Demonstrativo de Limites Operacionais. A parcela relativa às exposições ao risco de crédito é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Circular nº 3.644/13. A exposição ao risco operacional é calculada de acordo com abordagem do indicador básico, conforme Circular nº 3.640/2013.

A AGERIO não possui operações em carteira de negociação e monitora as exposições referentes ao risco de mercado (parcela RWAMPAD) por meio de abordagem padronizada. A metodologia utilizada para cálculo do risco da variação de taxas de juros de operações da carteira de não negociação (RBAN) é o VaR paramétrico, com 95% de segurança e intervalo para um dia.

Os valores referentes à alocação de capital para as exposições a risco da AGERIO se encontram devidamente enquadrados nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme tabela a seguir.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	471.722	468.462
Capital Destacado para Operações com o Setor Público	44.535	44.535
PR para Limite de Compatibilização com o RWA	427.187	423.927
RWA – Ativos Ponderados pelo Risco	451.498	445.974
– RWA _{CPAD}	351.371	302.707
– RWA _{DPAD}	100.127	143.267
– RWA _{MFPAD}	-	-
RBAN	614	154
Limite para Imobilização (LI)	213.593	211.964
Situação para Limite de Imobilização	2.649	3.281
Índice de Imobilização (II)	0,62%	0,77%
Índice de Basiléia (IB)	94,62%	95,06%

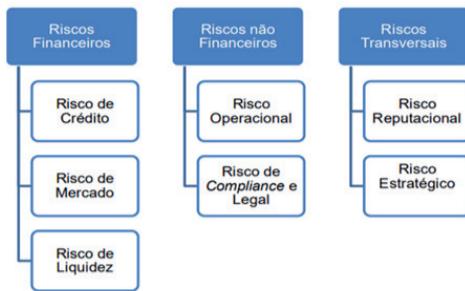
NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

I – Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da AgeRio considera os princípios básicos aplicados a gestão de riscos, as práticas de mercado, além das recomendações dos supervisores e reguladores e compreende a existência de normas, sistemas, rotinas e procedimentos que permitem identificar, mensurar, controlar, mitigar e reportar a exposição aos riscos de forma contínua e integrada.

O gerenciamento de risco possui governança própria, segregada das unidades de negócios e de auditoria interna, e é liderado por um diretor estatutário designado para responder pelo controle interno, conformidade e riscos da instituição. A Política de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos está alinhada aos objetivos estatutários e estratégicos e define regras de atuação que dão suporte à execução de todas as atividades da AGÊNCIA e estão acessíveis a todos os administradores, empregados e colaboradores, conforme suas responsabilidades e atribuições.

Os riscos associados às atividades da AGÊNCIA são definidos na RAS e compreendem os riscos a seguir:



Os principais riscos mensuráveis e quantificáveis, considerados relevantes para a definição do apetite a riscos da AGÊNCIA, em razão da magnitude e natureza das suas operações, são os riscos de crédito, liquidez e operacional.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito está associado, principalmente, à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, bem como a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição.

c) Risco Operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, inclusive o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição.

II – Análise de Sensibilidade

Com base no disposto na Resolução BCB nº 2/2020, a AgeRio considera a análise de sensibilidade advinda do "Programa de Testes de Estresse" para avaliar as incertezas nas estimativas de ativos e passivos, cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. O Programa de Teste de Estresse da AgeRio, utiliza parâmetros para avaliar o impacto na liquidez e na carteira de crédito ativa da Instituição. Os resultados são demonstrados a seguir, para cada parâmetro e visam avaliar os impactos para o 1º semestre de 2021:

Parâmetro I: Classificação de Risco das operações em carteira.

Com base na prévia de dezembro utilizada para o estudo, o total de provisionamento utilizado como inicial era de R\$ 20.546.601,49. Dessa forma, os resultados para o Parâmetro 1 do Teste de Estresse seriam:

Cenário	Provisionamento	Aumento de Provisão
Downgrade 01 nível na carteira ativa	R\$ 32.311.698,29	R\$ 11.765.096,80
Downgrade 02 níveis na carteira ativa	R\$ 60.734.885,61	R\$ 40.188.284,12
Downgrade 03 níveis na carteira ativa	R\$ 106.096.652,68	R\$ 85.550.051,19

Parâmetro II: Recebimentos mensais dos 10 e 20 maiores Clientes – Concentração da carteira de Crédito.

Cenário	Perdas
Perda em 30% dos créditos dos 20 Maiores Devedores da Carteira Ativa	R\$ 6.534.832,25
Perda em 60% dos créditos dos 20 Maiores Devedores da Carteira Ativa	R\$ 13.069.664,50
Perda em 100% dos créditos dos 20 Maiores Devedores da Carteira Ativa	R\$ 21.782.774,17
Perda em 30% dos créditos dos 10 Maiores Devedores da Carteira Ativa	R\$ 4.865.879,30
Perda em 60% dos créditos dos 10 Maiores Devedores da Carteira Ativa	R\$ 9.731.758,60
Perda em 100% dos créditos dos 10 Maiores Devedores da Carteira Ativa	R\$ 16.219.597,67

Parâmetro III: Recebimentos mensais – Carteira Ativa Total.

Cenário	Perdas
Inadimplência em 20% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 9.367.605,03
Inadimplência em 30% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 14.051.407,55
Inadimplência em 50% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 23.419.012,59
Redução receitas de juros por inadimplência em 20% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 2.052.521,08
Redução receitas de juros por inadimplência em 30% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 3.078.781,61
Redução receitas de juros por inadimplência em 50% dos recebimentos mensais da Carteira Ativa	R\$ 5.131.302,69

Parâmetro IV: Variações da taxa de Juros – SELIC.

Foram realizados dois estudos de cenários considerando os impactos das variações nas taxas Selic e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – IBC–Br com efeitos sobre a valorização direta dos ativos de Tesouraria e de Crédito, indexados à Selic, bem como sobre a inadimplência influenciada pelos níveis de atividade e de política monetária.

1 – Para as receitas de TVM e Receitas de financiamento, sob a influência da taxa Selic, foram criados cenários com variação em termos de desvio padrão, evidenciando os impactos diretos nos ativos indexados à Selic e indiretos, com a influência da taxa Selic sobre o nível de atividade e, consequentemente, sobre a variação das taxas de inadimplência.

2 – Para o impacto na variação da Taxa de inadimplência, em decorrência do nível de atividade econômica, e as consequências para as receitas de Receitas de financiamento, foram criados cenários com variação em termos de desvio padrão do IBC–Br aplicados na fórmula de regressão de séries histórica.

Os resultados da análise de sensibilidade à taxa de juros SELIC estão apresentados no quadro a seguir:

	Ocorrência 1º sem/21 - Projetado	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Choque de Taxas de juros no retorno dos Ativos e na inadimplência					
Selic (dez/2020)	2,00%				
DP Selic	1,7254 p.p.				
		- 1 DP	- 2 DP	+ 1 DP	+ 2 DP
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.563.783	995.417	(588.689)	4.116.674	5.654.693
Impacto	-	(1.568.366)	(3.152.472)	1.552.891	3.090.910
		1 DP	2 DP	+ 1 DP	+ 2 DP
Receita de Financiamentos	7.915.352,71	6.992.497,34	6.032.640,68	8.799.324,44	9.695.961,50
Impacto	-	(922.855)	(1.882.712)	883.972	1.780.609
IBC-Br (Nov/2020)	0,59%				
DP IBC-Br	3,11%				
Taxa de Inadimplência impactada pelo IBC-Br	4,0%	6,0%	8,9%	0,4%	-2,5%
		- 1 DP	- 2 DP	+ 1 DP	+ 2 DP
Entradas de Parcelas de Crédito	7.915.353	7.748.035	7.514.498	8.215.110	8.448.647
Impacto	-	(167.317)	(400.854)	299.757	533.295

DP= desvio-padrão da série histórica da SELIC de 1,5 anos.

IBC–Br = Índice de Atividade Econômica do Banco Central.

NOTA 20 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO E OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

A AGÊNCIA possui uma estrutura normativa e procedimental, que percorre toda a organização, a fim de evitar que a instituição seja utilizada para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FT). A prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, no âmbito da AgeRio, é constituída pelas diretrizes e processos das Políticas "Conheça seu Cliente", "Conheça seu Empregado" e "Conheça seu Fornecedor", pautando o exercício de nossas atividades pelo conhecimento fundamentado com aqueles que nos relacionamos, bem como constante treinamento dos nossos empregados e parceiros nas medidas de PLD/FT.

A cultura de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é um pilar estruturante da AGÊNCIA, com apoio da Alta Administração, e serve de norte para o cumprimento de nossa missão institucional.

Adicionalmente, a AgeRio possui um Portal de Prevenção à PLD em sua rede corporativa, disponibilizando a todos os empregados os principais normativos internos estratégicos e operacionais sobre prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, bem como legislação de entidades regulatórias e de controle.

NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é o acionista majoritário da AgeRio e a Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro é o acionista minoritário, conforme explanado na nota explicativa número 13.

A remuneração com os administradores no exercício de 2020, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 1.878 mil (R\$ 2.335 mil no exercício de 2019).

NOTA 22 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 23 – IMPACTOS ECONÔMICOS

Da Pandemia – COVID 19

Desde o início da pandemia provocada pelo Corona vírus (COVID–19), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, bem como pelo Governo Federal, a AgeRio mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos das autoridades, mantendo o regime de trabalho dos empregados em *home office* e aumentando a comunicação sobre as medidas de prevenção ao vírus, bem como fortalecendo os meios de trabalho remoto.

O BACEN adotou medidas para mitigar os impactos causados pela pandemia, como medidas facilitadoras de renegociações de operações de crédito sem o aumento do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

A Administração da Agência tem monitorado os efeitos provocados pelo COVID–19 em suas operações e resultados, e envia os melhores esforços para prover informações que espelhem a sua realidade econômica.

Em 2020, observa-se o aumento em operações de créditos de microempreendedores e empresas de pequeno e médio portes, assim como um crescimento nas solicitações de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de financiamento. Foram observados também, efeitos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a ampliação da participação da AgeRio como operadora de recursos de terceiros, estratégia destinada a fortalecer as fontes de recursos voltadas a socorrer e apoiar as empresas fluminenses, ajudando–as a combater os efeitos da pandemia do Covid–19.

No programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), em 2020, foram apoiados 679 negócios, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 3,6 milhões, aproximadamente o triplo do total desembolsado no ano anterior.

Nas operações com o Setor Privado, foram realizadas 366 operações de crédito no ano de 2020 com pessoa jurídica, totalizando R\$ 84,9 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Desse total, 209 empresas receberam financiamento por meio de recursos próprios (representando 57,10% no valor das contratações), 143 financiamentos pelo FUNGETUR (39,07%) e 14 empresas pelo financiamento de inovação (3,83%). Além disso, a grande maioria desses financiamentos (64,21%) foi realizada com crédito de até R\$ 300 mil.

Adicionalmente, foram lançados os programas "Fomenta Maricá", "Supera Mais Niterói" e "Recomeçar Paraty" em que a Agência atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios de Maricá, Niterói e Paraty, respectivamente, com recursos oriundos dos orçamentos municipais. Já foram liberados cerca de R\$ 22 milhões em operações de crédito para 732 negócios localizados nesses municípios. As operações desses programas geraram R\$961,8 mil em receitas para Agência no período de julho a dezembro de 2020.

Nas operações com o Setor Público, no qual a AgeRio é parceira dos municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio da concessão do crédito às prefeituras, foram liberados recursos da ordem de R\$ 3.755 milhões ao longo de todo o ano de 2020.

No que tange às renegociações, em 2020 foram realizados 578 refinanciamentos de operações, com valor total renegociado de aproximadamente R\$ 160 milhões, sendo R\$119 milhões em linhas AgeRio, R\$ 37 milhões da FINEP, R\$ 3 milhões do BNDES e R\$ 1 milhão do FUNGETUR.

O resultado de operações com TVM alcançou R\$ 1,8 milhões no encerramento do semestre, impactada positivamente pela compra de NTN–B em setembro/2020, porém negativamente pela taxa Selic na mínima histórica de 2% ao ano.

Como vem sendo amplamente divulgado, os efeitos futuros referentes ao Covid–19 ainda possuem elevado grau de incerteza e desta forma, por serem de difícil mensuração, permanecerão sendo acompanhados pela Administração da Agência, que seguirá atenta e cuidadosa a toda e qualquer informação ou evento relacionados ao COVID–19, com o intuito de refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente em suas demonstrações financeiras.

NOTA 24 – RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL x RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

A seguir, apresentamos os principais eventos não recorrentes que impactaram o Resultado Líquido nos períodos:

	31/12/2020	31/12/2019
RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL (A)	(3.442)	7.204
EVENTOS NÃO RECORRENTES (B)	(3.191)	(493)
RECEITAS		
Atualização monetária PER/DCOMP	135	-
Lucro alienação Bens de Não Uso	2	180
DESPESAS		
Indenizações Trabalhistas	-	(158)
Conservação/Manutenção – Imóvel em Garantia	-	(61)
Estorno de provisão de despesa de contrato de prestação de serviços (rompimento contratual com fornecedor)	24	-
ISS Recolhido Outros Municípios (Maricá)	(18)	-
Desconto Concedido – Renegociação Operação de Crédito	(183)	-
Perda IOF	(32)	-
Encargos por descumprimento de prazos/obrigações	(38)	(8)
Baixa de Imobilizado/Intangível	(180)	-
Desvalorização de Bens de Não Uso	(2.901)	(446)
RESULTADO LÍQUIDO		

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. **1.3 Composição:** Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento de modo permanente, é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Flavio Correia Santos e sendo presidido pela Sra. Carla Christina Fernandes Pinheiro. Todos exercendo o primeiro mandato e com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo. **2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 6 (seis) vezes no segundo semestre de 2020, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. **3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS:** Na reunião de outubro de 2020, o Comitê de Auditoria recomendou à administração da AGÊNCIA sobre a necessidade de se retornarem as reuniões com o Conselho de Administração, uma vez que tais reuniões não vem sendo realizadas desde maio de 2020. Tal recomendação está sendo analisada pela administração da AgeRio. Na reunião de novembro de 2020, o Comitê de Auditoria recomendou sobre a necessidade de providências pela Administração da AGÊNCIA quanto ao quadro reduzido de empregados nas equipes. Tal recomendação foi atendida por meio da redistribuição de empregados a partir da nova estrutura organizacional implantada em 22 de janeiro de 2021. Quanto à recomendação feita pelo Comitê de Auditoria reportada no relatório anterior (RE Comitê de Auditoria 05/2020 referente ao primeiro semestre de 2020) sobre a necessidade do Auditor Interno ter, no quadro da unidade de Auditoria Interna, o apoio de um analista para a realização das atividades da referida unidade. Tal recomendação foi atendida em 27 de outubro de 2020. **4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO:** Verifica-se que o Sistema de Controle Interno da AgeRio está em constante aperfeiçoamento,

sendo capaz de identificar fatores adversos relevantes, o que vem permitindo a adoção de medidas preventivas e corretivas pela Administração. O Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, desse modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais, financeiros e operacionais, em conformidade com a regulamentação pertinente. **5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA:** O Comitê de Auditoria tem à sua disposição o acesso direto à Auditoria Interna da AGÊNCIA e aos Auditores Independentes (por meio da Auditoria Interna) para discussão de atividades realizadas. Diante disso, foi avaliado pelo Comitê que a Auditoria Interna vem exercendo suas atribuições com satisfatória efetividade, observando o seu Plano Anual de Atividades (PLANAT), de forma independente, contínua e efetiva, dispo de canais de comunicação eficazes. Quanto à Auditoria Independente, por sua vez, o Comitê avalia de forma plenamente satisfatória o volume e a qualidade das informações fornecidas por esta, não tendo sido verificadas situações que pudessem prejudicar a objetividade e a independência dos auditores externos, bem como a solidez e continuidade da AGÊNCIA. **6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreram em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Por fim, não foi verificada a existência de divergência entre a Administração da AGÊNCIA, os auditores independentes e este Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras apresentadas. **7 CONCLUSÕES:** O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações e nos relatórios recebidos da Diretoria Executiva (referentes, dentre outros, a análise mensal do balancete, gerenciamento de disponibilidades e de risco, gestão da carteira de crédito, execução do Plano Financeiro Orçamentário, demonstrativo de limites operacionais), das áreas de gestão Financeira, de Riscos Corporativos, de Controle Interno, Conformidade e Programa de Integridade, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de suas atribuições, conclui que não foram identificadas situações que possam colocar em risco a continuidade da AGÊNCIA. Em assim sendo, o Comitê de Auditoria não tem nada a opor à aprovação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado Prudencial, referentes ao segundo semestre de 2020, com o consequente encaminhamento ao Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 25 de março de 2021. **COMITÊ DE AUDITORIA:** Carla Christina Fernandes Pinheiro (Presidente) – Flavio Correia Santos (Membro).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A - AgeRio
Rio de Janeiro – RJ
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. (“Agência” ou “AgeRio”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AgeRio em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros Assuntos
Demonstrações contábeis consolidadas
A AgeRio elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório separado, não contendo qualquer modificação, com data de 26 de fevereiro de 2021.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agência continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Agência ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agência a não mais se manter em continuidade operacional;
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.
RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico